

Parágrafo único. Os TCVs que tenham prazo acordado com a SMMA superior ao término do empreendimento, não serão impeditivos da expedição do Habite-se.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 20. Cabe à SMMA definir as espécies vegetais arbóreas que serão utilizadas para compensação.

Art. 21. O período de validade do TCV, AERV, AETV ou AEPV será de 1 ano, podendo ser revalidado mediante solicitação por, no máximo, 1 vez.

Art. 22. As infrações às disposições desta Lei serão punidas de acordo com a legislação vigente.

Art. 23. A compensação vegetal de que trata esta Lei poderá ser dispensada, mediante decisão fundamentada, nos casos de manejo de espécies exóticas invasoras, manejo da vegetação para atividades relacionadas à produção primária, manejo de vegetação por risco iminente de queda, ou por riscos diversos, e o manejo de vegetais mortos.

Art. 24. Para fins desta Lei, entende-se por espécie exótica invasora aquela que foi introduzida e se reproduziu com sucesso, resultando no estabelecimento de populações que se expandem e ameaçam ecossistemas, “habitat” ou espécies, acarretando danos econômicos e ambientais, ou à saúde humana.

Art. 25. A SMMA comunicará, periodicamente, o Conselho Municipal do Meio Ambiente as compensações da qual trata esta Lei.

Art. 26. O TCV, a AERV, a AETV e a AEPV serão firmados por servidor competente.

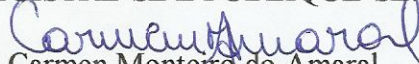
Art. 27. Excetuam-se das disposições vigentes nesta Lei, os casos de absoluta força maior, assim considerados pelo Corpo de Bombeiros ou Defesa Civil.

Art. 28. O responsável pela execução do trabalho autorizado deverá apresentar a autorização expedida pela SMMA, quando exigido pela fiscalização ou qualquer cidadão interessado.

Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Lavras do Sul, 17 de Março de 2014.
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.


Carmen Monteiro do Amaral
Secretaria de Administração


Alfredo Maurício Barbosa Borges
Prefeito Municipal